



ANIVERSARIO

ISSN 0798-1171

Depósito legal pp. 197402ZU34

Esta publicación científica en formato digital
es continuación de la revista impresa



REVISTA DE FILOSOFÍA

I. 50° Aniversario de Revista de Filosofía

II. Ontognoseología, Lenguaje y Realidad

III. Eticidad: Conflictos, Diversidades y Derechos

IV. Pensamiento Educativo: Aplicaciones y Contextos

V. Ensayos

Centro de Estudios Filosóficos
"Adolfo García Díaz"
Facultad de Humanidades y Educación
Universidad del Zulia
Maracaibo - Venezuela

**N°Especial
2022**

Revista de Filosofía

Vol. 39, N° Especial, 2022, pp. 353 - 365
Universidad del Zulia. Maracaibo-Venezuela
ISSN: 0798-1171 / e-ISSN: 2477-9598

Idolatria financeira, sacrificialismo e ética do amor

Financial Idolatry, Sacrificialism and Love Ethics

Agemir Bavaresco

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7967-4109>
Pontificia Universidad Católica de Río Grande del Sur
Porto Alegre - Brasil
abavaresco@pucrs.br

Christian Iber

Pontificia Universidad Católica de Río Grande del Sur
Porto Alegre - Brasil
iber_bergstedt@yahoo.de

Este trabajo está depositado en Zenodo:
DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.6450626>

Resumo:

As teorias econômicas fazem diagnósticos para interpretar os cenários econômicos atuais em tempos de pandemia. O problema é como compreender o fetiche do dinheiro que impõe uma dominação do mercado instalada pelos Estados de poder mundial provocando um fluxo de capitais que legitima a dominação do capital financeiro sobre os países pobres. Trata-se de uma idolatria financeira que provoca um sacrificialismo estrutural dos seres humanos. Será que uma ética do amor poderá criticar um sistema idólatrico, ou seja, a dominação do capital poderá ser aplacada com os sacrifícios humanos? A falácia trinitária dos economistas de renome defende: Antes crescer, depois, estabilizar e, enfim distribuir os lucros e riquezas. Esta falácia está desvelada, pois, agora, há crédito para tudo. Então, o crédito terá que impacto sobre o capital, isto é, o capital entrará em um novo ciclo? Como o Estado pode oferecer crédito barato, e mais ainda, como é que, agora, pode ser dada uma “renda básica universal” aos pobres? Parece claro que os Estados do Sul global perderão sua solvência por causa disso, enquanto os estados das moedas mundiais serão capazes de gerar crédito ilimitado. Este fenômeno se baseia na distribuição desigual da riqueza capitalista no mundo. O estudo começa com a exposição do tema da reconciliação cristã como inversão do sacrifício expiatório; depois, descreve-se a “Sociedade de homens livres” em oposição ao fetiche das mercadorias no capitalismo. A economia política justifica o fetiche do dinheiro e do capital, legitimando a dívida nacional face à pandemia mundial. O fetiche do dinheiro desaparece na explicação racional da inflação e do crédito. Porém, o que não desaparece é o poder do dinheiro sobre os participantes do mercado em todos os países, porque este poder é uma questão prática. O fetiche do dinheiro e do capital pode ser desmascarado através de sua explicação científica. Portanto, embora o fetiche seja teoricamente explicado e seu poder de dominação e alienação demonstrado, sob o aspecto prático ele não é eliminado e superado. Teoria X prática: eis a contradição da idolatria financeira que continua a exigir sacrifícios humanos para serem imolados no altar do capital.

Palavras Chave: Teologia; Economia; Fetichismo; Idolatria; Ética.

Recibido 07-02-2022 – Aceptado 16-04-2022

*Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons Atribución-CompartirIgual 4.0 Internacional
(CC BY-SA 4.0)*

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.es>

Abstract:

Economic theories make diagnoses to interpret current economic scenarios in times of pandemic. The problem is how to understand the money fetish that imposes a domination of the market installed by states with world power, provoking a flow of capital that legitimizes the domination of financial capital over poor countries. It is a financial idolatry that causes structural sacrificialism in human beings. Could an ethics of love criticize an idolatrous system, that is, the domination of capital can be appeased with human sacrifices? The Trinitarian fallacy of the renowned economists defends: First to grow, then to stabilize and, finally, to distribute profits and wealth. This fallacy is unveiled, because now there is credit for everything. So, will credit have an impact on capital, that is, will capital enter a new cycle? How can the state offer cheap credit, and even more, how can a poor universal "basic income" now be given? It seems clear that the states of the global South will lose their solvency because of this, while the states of the world currencies will be able to generate unlimited credit. This phenomenon is based on the unequal distribution of capitalist wealth in the world. The study begins with the exposition of the theme of Christian reconciliation as an inversion of the atoning sacrifice; then, the "Society of free men" is described in opposition to the commodity fetish in capitalism. The political economy justifies the fetish of money and capital, legitimizing the national debt in the face of the world pandemic. The money fetish disappears in the rational explanation of inflation and credit. However, what does not disappear is the power of money over market participants in all countries, because this power is a practical matter. The fetish of money and capital can be unmasked through its scientific explanation. Therefore, although the fetish is theoretically explained and its power of domination and alienation demonstrated, in practical terms it is not eliminated and overcome. Theory X practical: this is the contradiction of financial idolatry that continues to demand human sacrifices to be immolated on the altar of capital.

Keywords: Theology; Economy; Fetishism; Idolatry; Ethic.

Introdução

O que é a "idolatria"? Pode ser a reificação das relações sociais, ou o fetiche do dinheiro e do capital na sociedade moderna, na qual os seres humanos são submetidos aos sacrifícios, isto é, sacrificam o desenvolvimento da sua livre individualidade no altar do mercado, ou seja, ao dinheiro e ao capital. Diante disso é necessário decifrar a idolatria como o fetichismo das relações sociais na sociedade moderna. O contraponto seria uma sociedade governada pela reconciliação e pela ética do amor.

1 – Reconciliação cristã

O conceito da reconciliação cristã é um desenvolvimento lógico que engloba a conciliação do divino-humano-real. A encarnação de Deus e a ideia da morte substitutiva da expiação continuam sendo um desafio, não apenas para a teologia, mas também para a filosofia.

No judaísmo e no islamismo, a morte na cruz frequentemente tem sido criticada como uma recaída no mito do sacrifício humano. O antropólogo francês René Girard defende a tese de que na morte de cruz não há recaída no mito do sacrifício humano. No cristianismo,

Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons Atribución-CompartirIgual 4.0 Internacional (CC BY-SA 4.0)

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.es>

ao contrário, ocorre uma *inversão do sacrifício expiatório*, uma vez que o próprio Deus se sacrifica e desce da transcendência e torna-se imanente quebrando o ciclo da violência mítica que até então exigia sacrifícios humanos reparadores.

A morte na cruz anuncia uma "troca incompreensível" (Karl Barth), que acontece na reconciliação cristã dos seres humanos com Deus. Deus se humilha tornando-se um ser humano no Logos encarnado e Deus exalta o ser humano ao ressuscitar Jesus morto, isto é, o Filho de Deus que morreu como ser humano. O intercâmbio diz: Somos como Deus, porque Deus se tornou como nós. Neste intercâmbio humano-divino paradoxal e incompreensível realiza-se a reconciliação cristã do ser humano e Deus.

A teologia do sacrífico pressupõe a teologia da redenção. A teologia do sacrifício é deduzida da necessidade do ser humano ser redimido/salvo. Reconstruiremos um estudo da Comissão Teológica Internacional, vinculada a Sagrada Congregação da Fé, que publicou "Algumas questões sobre a teologia da redenção" (1995)¹, para explicitar as principais questões sobre a teoria da redenção.

O estudo é composto de quatro partes: I- A condição humana e a realidade da redenção; II- Redenção bíblica: a possibilidade de liberdade; III- Perspectivas históricas; IV- Perspectivas sistemáticas. Na parte I, o estudo começa descrevendo "a situação atual" a partir da teoria da criação, em que Deus criou o ser humano bom, porém, a história introduziu o pecado original. No entanto, apesar do pecado a imagem divina no ser humano "jamais foi completamente erradicada ou destruída" (n. 3). O mal constitui-se a partir de uma dimensão objetiva e subjetiva. No sentido objetivo, "o mal aparece *como estando sempre presente na história e na humanidade*: o mal transcende e precede todas as nossas responsabilidades individuais e parece surgir de "forças" e até de um "espírito" que estão presentes antes de agirmos e, até certo ponto, são externos a qualquer consciência e vontade pessoal em ação aqui e agora" (n. 8); e no sentido subjetivo, o "mal e o sofrimento que afetam a condição histórica dos seres humanos também têm, e mesmo em grande parte, sua *fonte no coração dos seres humanos*, nos seus reflexos egoístas, na sua capitulação diante do mal" (n. 9). A dialética da graça e pecado pressupõe a graça e que Deus, face ao mal/pecado seja "o autor da redenção, pois o que precisa ser curado e salvo é nada menos do que a imagem do próprio Deus em nós" (n. 10). Então, o problema é como o sofrimento e a morte de Cristo se relacionam com a conquista da redenção da humanidade" (n. 40).

¹ O estudo da teologia da Redenção foi proposto aos membros da Comissão Teológica Internacional pelo Papa João Paulo II em 1992. Uma Subcomissão, composta pelo Prof. Jan Ambaum, Prof. Joseph Doré, Prof. Avery Dulles, Prof. Joachim Gnilka, Prof. Sebastián Karotemprel, Dom Míceál Ledwith (Presidente), Prof. Francis Moloney, Mons. Max Thurian e Prof. Ladislav Vanyo, foi designada para preparar este estudo. As discussões gerais sobre esse tema tiveram lugar durante várias reuniões da Subcomissão e nas sessões Plenárias da própria Comissão Teológica Internacional, realizadas em Roma em 1992, 1993 e 1994. Esse texto foi aprovado em forma específica por voto da Comissão em 29 de novembro de 1994 e submetido à apreciação de seu Presidente, Sua Eminência Cardeal Joseph Ratzinger, Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, que o aprovou para publicação.

Na parte II, “redenção bíblica: a possibilidade de liberdade”, afirma-se que a religião israelita desenvolveu uma liturgia da expiação através de ritos sacrificiais, em geral de sangue (ver n. 4). Porém, “o sangrento episódio do Calvário exigiu que a Igreja primitiva explicasse, por si mesma e por sua missão, a eficácia expiatória de uma morte sacrificial de Jesus na Cruz” (n. 11). Por isso, a “salvação não pode ser obtida por meio da mera perfeição moral e o sacrifício não pode ser considerado como um vestígio de uma religiosidade ultrapassada. O judaísmo já fornecia o paradigma da morte expiatória do mártir modelo”. Então, “a cruz de Jesus envolveu o derramamento de sangue”, e “o significado salvífico da morte de Jesus foi explicado em termos emprestados da liturgia sacrificial do Antigo Testamento” (n. 12). O estudo ressalta que “o sacrifício de Jesus na cruz não foi apenas *passio*, mas também *actio*”, isto é, “oferta voluntária de si mesmo, com seu conteúdo espiritual”, então, a narrativa “não é um conflito entre o destino e o indivíduo” mas “pelo contrário, a cruz é uma liturgia de obediência” (n. 12,V).

Na parte III, “Perspectivas históricas”, o estudo descreve as teorias mais recentes da redenção, nos movimentos do século XX, por exemplo Rudolf Bultmann, afirma que Deus redime a humanidade por meio da cruz e da ressurreição: “o significado redentor da cruz não reside em qualquer teoria "ascendente" de sacrifício ou satisfação vicária (ambas as quais têm sabor de mitologia), mas no julgamento "descendente" do mundo e sua libertação do poder do mal” (n. 25), ou seja, “crer na cruz, a saber, assumir a cruz de Cristo como sua, deixar-se crucificar com Cristo” (n. 25).

Karl Rahner acentua o sentido da ação descendente de Deus para salvar a humanidade. Por isso ele “é bastante reservado em relação à noção de sacrifício expiatório, que descreve como uma ideia primitiva que era aceita como válida nos tempos do Novo Testamento, mas que "não oferece muita ajuda hoje para a compreensão daquilo que estamos procurando", ou seja, o significado causal da morte de Jesus” (n. 30). A teoria de Rahner afasta-se das teorias legalistas e moralistas da redenção para acentuar a iniciativa amorosa de Deus. Ele entende que “todas as religiões são consideradas redentoras, na medida em que seus "mitos" provocam a consciência do trabalho interior da graça e incitam seus seguidores à ação libertadora. Apesar de suas divergências doutrinárias, afirma-se, as várias religiões estão unidas em sua orientação para a salvação” (n. 33). Por isso, hoje há teólogos que defendem a transição do teocentrismo ou cristocentrismo para o “soteriocentrismo”. Teólogos atuais procuram manter em tensão o movimento descendente e ascendente da soteriologia clássica (ver n. 37), superando a compreensão de teorias legalistas da restituição ou substituição penal.

Na parte IV, “Perspectivas sistemáticas”, com forte acento teleológico da salvação afirma-se que “o destino final dos homens, a obra redentora de Cristo afeta todos os seres humanos, já que todos são chamados para a vida eterna. Ao derramar seu sangue na cruz, Cristo estabeleceu uma nova aliança, um regime de graça, que é dirigido a toda a humanidade” (n. 47). “A reconciliação mútua dos cristãos no Corpo de Cristo, o sofrimento de cada um é uma participação no sofrimento redentor de Cristo”. Por isso “os fiéis não

devem fugir do sofrimento, mas encontrar nele um meio eficiente de união com a cruz de Cristo. A redenção envolve uma aceitação do sofrimento com o Crucificado” (n. 62). “As diferentes fases da redenção revelam-se dentro da Igreja, onde a libertação, a reconciliação e a comunhão devem ser alcançadas”, em que “o cristão experimenta uma libertação progressiva de todas as escravidões alienantes e encontra uma verdadeira comunidade que vence o isolamento” (n. 64). Conclui-se que “a redenção tem um aspecto cósmico, porque Deus se alegra, por intermédio de Cristo, em “tudo reconciliar por meio dele e para ele, na terra e nos céus, tendo estabelecido a paz pelo sangue de sua cruz” (Cl 1,20) (n. 74).

A questão é saber se a reconciliação implica o sacrifício e no caso do cristianismo o sacrificial da cruz do filho de Deus? Para as outras religiões os ritos sacrificiais são necessários para aplacar a ira divina e obter a reconciliação? Vamos reconstruir a teoria do antropólogo René Girard para explicitar estas questões.

1.1 - Teologia da cruz, sacrificialismo e idolatria

O que é importante na teologia da morte na cruz é o seguinte: Jesus não é apenas o Filho do Homem, mas também o Filho de Deus. Isso leva à ideia ultrajante da morte expiatória substitutiva, na qual o próprio Deus – na figura de seu Filho – toma sobre si os pecados da humanidade.

A teoria de René Girard sobre o sacrificialismo descreve a superação da idolatria sacrificialista no sacrifício da cruz. Há muitas críticas a respeito da teoria de Girard, por exemplo, da mistura entre ciência e religião, de ser uma hipótese científica sem verificação empírica, de “procurar uma justificativa das próprias teorias antropológicas no cristianismo e transformar a mensagem do evangelho na explicação de um mecanismo antropológico” (Rostan, 2015). Levando em consideração estas ponderações, pode-se verificar a sua teoria a partir da sua leitura do texto bíblico.

A tese de René Girard ² é a seguinte: O fim da violência (mítica) proclamada pelo cristianismo não é o fim da dominação. O acontecimento de Cristo é antes a revelação da dominação absoluta de Deus, que no final dos tempos será tudo em todos (“*basileia tou theou*”).

Através do acontecimento de Cristo, Deus torna-se, antes de tudo, o ponto de referência para a unidade dos seres humanos entre si. Somente a fé em Deus e em Jesus Cristo pode justificar a participação do ser humano no evento salvífico. A justiça das obras é substituída pela justiça da fé, o mandamento do amor e da reconciliação substitui a mera observância da lei. O amor por Deus reconciliador constitui as relações de amor dos seres humanos entre si. O mandamento incondicional do amor e da reconciliação, assim como o

² Cf. René Girard, *Je vois Satan tomber comme l'éclair*, (“Ich sah den Satan vom Himmel fallen, wie ein Blitz. Eine kritische Apologie des Christentums”. München: 2009. “Eu vi Satanás cair do céu como um raio. Uma apologia crítica do cristianismo”). René GIRARD. *Eu via Satanás cair como um relâmpago*. Trad. Martha Gambini. São Paulo: Paz e Terra, 2012. Ver também Júlia Reyes. O texto bíblico redescoberto: notas sobre *Eu Via Satanás Cair como um Relâmpago*. 4.09. 2015. Disponível em <<http://renegirard.com.br/blog/?p=270>>

Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons Atribución-CompartirIgual 4.0 Internacional
(CC BY-SA 4.0)

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.es>

mandamento do perdão incondicional, sobrecarrega as pessoas. Eles dependem absolutamente da graça de Deus (Ver Franciscanos e Lutero).

Embora o mandamento do amor e da reconciliação tenha prioridade sobre a obediência à lei, ele permanece um mandamento: "Tu deves amar o teu próximo como ti mesmo" (Marcos 12,29-31).

1.2 - Reconciliação, dominação/idolatria e ética do amor

A reconciliação cristã parece ser uma *forma de dominação*. Unicamente o reconhecimento da dependência de Deus traz reconciliação entre as pessoas. O cristianismo é uma forma de dominação que pode renunciar à violência imediata. A dominação de Deus, a reconciliação e a liberdade humana andam juntas. De acordo com Hegel, o cristianismo é o nascimento da liberdade. "Cristo nos libertou para a liberdade" (Gálatas 5,1). Talvez o segredo da história do sucesso do cristianismo resida nesta combinação entre dominação, reconciliação e liberdade.

A ética cristã original do amor, na qual a ética da lei e da justiça estão *suprassumidas*, é o padrinho/a madrinha das ideias normativas de Hölderlin e do jovem Hegel (amor e liberdade), de Adorno (amor às coisas), Theunissen (liberdade comunicativa) e de Habermas (razão comunicativa). Qual é a relação com a ideia de Marx da "associação de produtores livres", ou seja, "sociedade de homens livres"?

Antes de falarmos da teoria de Marx sobre o fetichismo das mercadorias no capitalismo distinguiamos, primeiramente, o fetichismo da idolatria. O problema é que o fetichismo é uma forma determinada da idolatria (Bildverehrung, Götzendienst), não uma idolatria em geral. O judaísmo proíbe fazer uma imagem de Deus, porque isso limita a sua absolutidade (= a dominação absoluta de Deus). O segundo mandamento afirma: "Não farás para ti nenhuma imagem esculpida" (cf. Êxodo 20:4-6:5. Êxodo 5, 8-10). Uma imagem visível de Deus não faz justiça à regra de Deus. Os Dez Mandamentos do Antigo Testamento são aceitos também pelos cristãos. A proibição de imagens é compreendida mais radicalmente pelos cristãos protestantes do que pelos católicos, mas também a eles não é permitido fazer uma imagem de Deus.³

O conceito "fetiche" nasce do português "feitiço", o que significa "a obra de magia" e deriva do latim "facticius", "faticio", o qual remete ao verbo "facere", "fazer". A palavra em português designa a força da magia, do objeto feito pelos fetiches humanos. Do ponto de vista cristão, ele designa o estado de coisas nas sociedades primitivas, onde os objetos feitos pelos homens tinham poder sobre os homens. A esses "deuses-coisas" os missionários portugueses na África deram o nome de "fetiches", a fim de caracterizar o caráter irracional desses objetos de culto, a partir de um ponto de vista iluminista⁴. "Fetiches" são ídolos

³³ Basicamente, a proibição de imagens refere-se a todas as religiões monoteístas (judaísmo, cristianismo e islamismo) nas quais Deus é adorado como o Senhor absoluto.

⁴ Cf. Christian IBER: *Elementos da teoria marxiana do capitalismo. Um comentário sobre o livro I de O Capital de Karl Marx*. Porto Alegre: Editora FI, EDiPUCRS, 2013, p. 112s.

Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons Atribución-CompartirIgual 4.0 Internacional (CC BY-SA 4.0)

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.es>

determinados, isto é, objetos feitos pelos seres humanos que tem poder sobre eles, como em Marx as mercadorias, o dinheiro e o capital. A idolatria tem o significado mais amplo no cristianismo, isto é, a idolatria se refere às imagens que escondem a absolutidade de Deus.

O contraste é: falsos ídolos X Deus verdadeiro
--

Pode-se dizer que fetiches são falsos ídolos, então temos essas oposições:

Falsos ídolos	X	Deus verdadeiro
Fetiches como subconjunto dos falsos ídolos	X	Deus verdadeiro

Resumo: Os ídolos são fabricados no processo de fetichização de objetos. Nossa pesquisa explicita a idolatria na Teologia & Economia. Agora analisamos o fetichismo no capitalismo a partir de Marx.

2 - “Sociedade de homens livres” vs fetiche das mercadorias no capitalismo

Em *O Capital vol. I* Marx discute a associação de pessoas livres, o comunismo em contraste com o fetiche das mercadorias no capitalismo. O que Marx entende por fetiche das mercadorias?⁵ Como descrevemos acima, o termo "fetiche" vem da língua portuguesa e significa "obra mágica". Fetiche se refere a uma coisa produzida que tem poder sobre seu criador. Com isso os missionários portugueses caracterizaram uma prática de culto entre os povos africanos primitivos. O termo foi usado por Feuerbach para analisar o cristianismo e Marx para interpretar as coisas econômicas do mundo burguês.

Para Marx, o fetichismo das mercadorias é tanto um fenômeno objetivo da prática social quanto um fenômeno subjetivo da consciência. O fetichismo das mercadorias no sentido objetivo é a forma de aparecimento objetivo da relação social da dominação da propriedade privada sobre o trabalho social, que se consolidou no valor objetivo das mercadorias: todas as mercadorias têm uma etiqueta de preço e só estão disponíveis por dinheiro. O fetiche das mercadorias no sentido subjetivo significa que parece às pessoas como se essa característica do valor fosse naturalmente inerente aos bens como um poder e força imanente neles, de modo que a relação social de dominação objetivada no valor dos bens aparece como uma obrigação objetiva [Sachzwang].

⁵ Cf. Christian Iber. *Elementos da teoria marxiana do capitalismo* (2013), pp. 112-139; pp. 490-494.

Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons Atribución-CompartirIgual 4.0 Internacional (CC BY-SA 4.0)

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.es>

Porque a produção é organizada de forma privada, os produtos do trabalho assumem a forma de mercadorias, e os produtores são forçados a trocá-los entre si. O que o fetiche das mercadorias naturaliza são as condições sócio-estruturais da produção privada. Por sua própria natureza, a única instituição original e adequada da sociedade é a dos produtores privados independentes.

A partir do diagnóstico da irracionalidade da socialização dos produtores privados independentes, que é necessária para o sistema e que é mediada pelo fetiche das mercadorias, Marx justifica a demanda de um planejamento racional de uma produção e distribuição de bens sem dominação pela diretriz das necessidades dos homens. Embora Marx faça dos potenciais contidos no próprio capitalismo, as forças produtivas, a base para sua superação no comunismo não é o sumo conjunto das conquistas do capitalismo, mas uma outra sociedade. Ele é uma novidade que deixa o capitalismo para trás.

A ideia normativa do comunismo de Marx só pode ser realizada em uma sociedade pós-burguesa. Já em 1842, portanto, não apenas em *O Capital vol. I*, ele descreveu sua concepção alternativa da sociedade como uma *associação de pessoas livres* (Marx, MEW vol. 1 (1956), p. 95). O núcleo dessa concepção é seu individualismo ético-social. No *Manifesto Comunista* (1848), Marx e Engels escrevem: "No lugar da velha sociedade burguesa com suas classes e antagonismos de classe, existe uma associação na qual o livre desenvolvimento de todos é o livre desenvolvimento de todos" (Marx, MEW vol. 4 (1956), p. 482).

Nos *Grundrisse* diz: "A individualidade livre, baseada no desenvolvimento universal dos indivíduos e na subordinação de sua comunidade, a produtividade social como patrimônio social, é a terceira etapa [do desenvolvimento das formas sociais]" (Marx, MEW vol. 42 (1956), p. 91). Em *O Capital Vol. I* é dito que o "princípio fundamental" de uma sociedade comunista é o "desenvolvimento pleno e livre de cada indivíduo" (Marx, MEW vol. 23 (1956), p. 618).

2.2 - Economia política: Fetiche do Dinheiro e do capital

O fetichismo das mercadorias se reflete no fetiche do dinheiro. Passemos agora aos fenômenos relevantes do fetiche do dinheiro, a fim de tornar ainda mais claro em que consiste o fetichismo das coisas econômicas no capitalismo. Tudo no capitalismo é decidido pelo poder do dinheiro.

1 - *A inflação*: A inflação é um fenômeno do ciclo do capital e ocorre principalmente no período de boom. Três verdades sobre a inflação devem ser observadas:

a) Os empresários exigem preços mais altos para seus produtos, repassando o aumento dos custos para os preços.

b) O aumento geral dos preços pressupõe uma "demanda animada". Isso não pode vir dos proletários. São os capitalistas que tiram dinheiro uns dos outros. Os proletários têm que comprar os produtos de primeira necessidade a preços mais altos, sem poder devolver

o favor nas vendas. Especialmente os salários dos trabalhadores, de acordo com as informações oficiais, não devem ser incluídos no aumento geral de preços. Os trabalhadores devem, portanto, exercer moderação salarial.

c) Para o Estado, o aumento geral dos preços parece ser uma "desvalorização monetária". Através de sua "desvalorização", o Estado teme, que o dinheiro perca sua capacidade de funcionar, de estar presente para a realização do lucro dos empreendedores. Para o Estado, o fornecimento de dinheiro à economia torna-se um problema de sua quantidade. Isso é o ponto de partida das teorias quantitativas do dinheiro. Entretanto, o dinheiro cumpre sua função de realização de preços (= meios de circulação) em qualquer quantidade. O Estado se orienta por uma teoria falsa do dinheiro, a teoria da quantidade de dinheiro. Na fase do boom em que a inflação aparece, não há muito dinheiro, mas muito pouco dinheiro.

2 - *Dinheiro como empréstimo (crédito)*: No boom a economia está se emancipando da falta de dinheiro pelos empréstimos, sendo feita uma distinção entre crédito ao consumidor e crédito empresarial. Ao contrário do capitalista, a pessoa comum só pode se emancipar da falta de dinheiro através do crédito em uma extensão limitada. A multiplicação do dinheiro por crédito é a base de todas as teorias de excesso de dinheiro em relação à quantidade de bens. São os verdadeiros sujeitos econômicos (os empresários) que impulsionam a inflação através da abertura dos preços. A inflação não acontece por si só; não é uma propriedade que se agarra ao meio do dinheiro. A inflação tem sua razão no cálculo dos preços dos empresários.

3 - *O papel do Estado*: O sistema de crédito não é uma mera criação do sistema bancário, mas é garantido, apoiado e controlado pelo Estado. As entidades econômicas obtêm dinheiro através do crédito dos bancos. Os bancos, por sua vez, obtêm dinheiro do banco central emprestando seus títulos.

O controle e gestão do sistema bancário pelo Estado consiste na expansão simultânea da oferta de dinheiro e tornando mais difícil para os bancos a obtenção de dinheiro. Como resultado, as taxas de juros dos empréstimos para empresários aumentam, e com eles os custos de produção, o que, por sua vez, faz com que os preços subam.

Nem todos os capitalistas podem arcar com o aumento dos custos dos empréstimos. Alguns capitalistas começam a ir à falência. A política monetária do Estado é, portanto, a política econômica e conjuntural. Ela se baseia na ideia de que a quantidade certa de dinheiro é importante. A crise poderia ser evitada através da dosagem correta dos "instrumentos de política monetária". Desta forma, o Estado aparece sempre como o culpado quando ocorre uma crise. O Estado pode fazer algumas coisas erradas, mas não pode evitar a crise porque ela tem que vir. No decorrer do ciclo, todos os membros da sociedade encontram sua solvência limitada (de diferentes maneiras, proletários - capitalistas).

O que o Estado pode fazer é tomar cuidado para que o sistema de crédito como um todo não entre em colapso, controlando os bancos. O Estado mantém o sistema de crédito impedindo a "transformação do sistema de crédito no sistema monetário" (Marx).

Outra verdade muitas vezes não é vista: A inflação e o ciclo de capital começa no momento em que o Estado se endivida com seus cidadãos através da emissão de notas bancárias.

Resultado: A inflação é uma expressão do movimento cíclico do capital. Nele, dois tipos de dinheiro - dinheiro como meio de circulação e dinheiro como crédito - se separam e coincidem ao mesmo tempo. Esta contradição leva a "perturbações" que o Estado deve controlar a fim de garantir a estabilidade do ciclo, especialmente limitando a dívida pública consumidora (ou seja, cortes nas pensões, etc.).

2.3 - Dívida nacional devido à pandemia

Fatos: O cenário atual dos estados-nacionais face a pandemia é liberar muito crédito para as pessoas físicas e jurídicas. Os Estados estão disponibilizando dinheiro em grandes volumes para enfrentar a crise sanitária em vários níveis: equipamentos e profissionais aos hospitais, transferência de renda direta aos cidadãos como ajuda emergencial, financiamento de pesquisas etc. Os Estados e as Confederações de Estados (vide União Europeia) estão oferecendo crédito com aportes de crédito bancário.

Questões: A questão é a seguinte: Esse crédito terá que impacto sobre o capital? Teremos um "crash"? Como o capital entrará em novo ciclo? A falácia trinitária dos economistas conservadores liberais ficou escancarada: Antes crescer, depois, estabilizar e, enfim distribuir os lucros e riquezas. Como é que agora surge milagrosamente o dinheiro? Como é que o Estado pode oferecer crédito barato? Como é que, agora, pode ser dada uma "renda básica universal" aos pobres?

O que temos nesta pandemia é um predomínio do dinheiro como crédito. Então, não há aqui coincidência, mas hegemonia do dinheiro creditício. O que isso implicará na ordem mundial capitalista? A questão é: como combater as consequências da pandemia com a criação de crédito? Esta criação de crédito não apresenta também uma ameaça para as economias de vários países? A partir destes questionamentos elaboramos algumas reflexões sobre a predominância do crédito na pandemia.

a) Há a seguinte regra geral: a dívida do orçamento nacional, a dívida garantida pelo Estado, está numa relação de dependência do capital produtivo da nação, ou seja, da riqueza aumentada pelo lucro e do crédito justificado da economia nacional⁶. Medido pela bitola da dívida pública economicamente sustentável, a dívida pública na pandemia não está em ordem. Existe, portanto, um risco de desajuste entre a dívida nacional e a economia nacional.

⁶ Sobre a contradição entre a dissociação e a dependência do crédito em relação à economia real, cf. KAUFMANN, Stephan; MUZZUPAPPA Antonella, *Crash Kurs Krese. Wie die Finanzmärkte funktionieren. Eine kritische Einführung* [Curso de Crash sobre a crise. Como funcionam os mercados financeiros]. Berlin: Bertz + Fischer, 2020.

Dívidas desta magnitude geralmente custam ao Estado a solvência do país, o que resulta em altas taxas de juros. Se o Estado se mantém com maior criação de dinheiro, isso custa uma desvalorização dos selos de valor do Estado, isto é, a inflação. Quando a economia chega a um impasse na crise da Corona, a relação entre economia nacional e dívida nacional se deteriora ainda mais.

b) O crédito ilimitado só está disponível para os criadores do dinheiro mundial (EUA e Europa). Os dois efeitos mencionados não ocorrem para os criadores do dinheiro mundial (EUA, Europa). Qual é a razão para isto? 1. O dólar americano e o Euro emergiram da crise financeira como dinheiro geralmente reconhecido e apto ao mundo. 2. Desde a crise financeira tem havido uma massa de ativos financeiros que estão procurando por investimentos produtivos, mas não conseguem encontrar nenhum. 3. A sobreacumulação do capital monetário encontra um mercado mundial cheio de excesso de capacidade, ou seja, um mercado mundial caracterizado por um capital produtivo sobreacumulado. Mesmo antes do “corona-crise”, o mercado mundial estava em estado de crise permanente.

Este ativo financeiro encontra segurança nos títulos de dívida dos Estados com dinheiro mundial adequado. Em troca, o capital monetário aceita menos juros. Além da sobreacumulação do capital produtivo, há também, portanto, uma sobreacumulação do capital monetário. Os EUA e a Alemanha se beneficiam disso, pois eles nem mesmo têm que pagar seus títulos do governo na íntegra. Somente a Europa e os EUA (até o momento) oferecem ao capital financeiro internacional uma preservação de valor confiável. Assim, a criação de crédito relacionado à crise necessária para a gestão política da dívida na pandemia é, primeiramente, garantida para esses países.

c) A doença do Sul global é: não há dinheiro!

O fosso entre países pobres e ricos está se alargando com a pandemia. As nações do Sul global são economicamente mais severamente afetadas pela pandemia, porque não são o lar do negócio de crédito global, mas apenas objeto da especulação capitalista de dinheiro. Elas têm muito pouco crédito que poderiam usar para si mesmos. Quaisquer que sejam os recursos financeiros necessários, elas têm que pagar com altas taxas de juros ou não podem pagar de forma alguma. Falta-lhes o capital monetário para compensar os danos causados pela paralisação econômica e pela pandemia. Constata-se um declínio na demanda por suas mercadorias de exportação; uma dedução do crédito, ou seja, as empresas nacionais não são mais creditadas por credores estrangeiros; há uma "fuga de capitais" destes países e o valor da moeda nacional é dizimado. A taxa de câmbio da moeda cai, às vezes dramaticamente, como é atualmente o caso no Brasil.

Resultado: A criação necessária de crédito na pandemia não altera as regras da relação entre dívida nacional e capital produtivo e as regras do mercado mundial, mas apenas intensifica as oposições e contradições que existem com essas leis. Estas não são perspectivas cor-de-rosa, é verdade. Entretanto, como Hegel sabia, o conhecimento da efetividade nos dá orientação.

Essa foi uma das críticas mais importantes de Marx ao capitalismo em geral, que embora tenhamos dominado o lado técnico de nossa produção, somos completamente impotentes contra os movimentos inconscientes do capital e seus efeitos catastróficos (por exemplo, demissões em massa). O fetiche das mercadorias, do dinheiro e do capital é um poder social objetivo que, com efeito, pode ser teoricamente perscrutado, mas que, com isso, ainda não se tornou ineficaz na prática.

Conclusão

Foi demonstrado que o fetiche do dinheiro desaparece na explicação racional da inflação e do crédito. Não é que o dinheiro tenha a propriedade de se desvalorizar e depois atacar os participantes do mercado como uma cobra ou monstro maléfico, mas sim que a inflação tenha sua razão de ser no capitalismo florescente durante o período de boom e seja explicada pela função do dinheiro como crédito. Se uma nação permanece digna de crédito se se endividar acima do nível estabelecido pela acumulação real do capital, tendo em vista as consequências da pandemia, depende se essa nação participa das duas moedas mundiais, o dólar e o euro. O que não desaparece, entretanto, é o poder do dinheiro sobre os participantes do mercado em todos os países, porque este poder é uma questão realmente prática. O fetiche do dinheiro e do capital só permanecerá enquanto for incompreensível. O esclarecimento científico pode destruir o fetiche. O fetiche é então teoricamente destruído, mas não praticamente eliminado.

Também a idolatria (*Bilderverehrung*, *Götzendienst*: veneração das imagens) nas religiões pode ser desencantada pela ciência (etnologia e antropologia) e pode ser rastreada até sua raiz: a consciência mítica não livre. Somente a religião cristã pode libertar-se dessa consciência mítica sem liberdade. O cristianismo é a libertação para a liberdade. No capitalismo, entretanto, a liberdade está ligada à compulsão econômica do fetiche das mercadorias, do dinheiro e do capital.

A crítica à idolatria religiosa e ao fetiche econômico cria espaço para um livre encontro intersubjetivo de pessoas. No entanto, este escopo só pode ser resgatado através da mudança prática das condições sociais. A ética cristã do amor é um prolepsis da sociedade livre. Isso nos faz perceber que mesmo agora, nos tempos sombrios da idolatria e do fetiche, uma sociedade livre é possível.

Referências

COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL. *Algumas questões sobre a teologia da redenção*. Roma: 1995.

Disponível em:

http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/cti_documents/rc_cti_1995_t_eologia-redenzione_po.html#Nota_preliminar

GIRARD, René. *Eu via Satanás cair como um relâmpago*. Trad. Martha Gambini. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons Atribución-CompartirIgual 4.0 Internacional (CC BY-SA 4.0)

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.es>

- IBER, Christian. *Elementos da teoria marxiana do capitalismo. Um comentário sobre o livro I de O Capital de Karl Marx*. Porto Alegre: Editora fi, EDiPUCRS, 2013.
- KAUFMANN, Stephan; MUZZUPAPPA Antonella, *Crash Kurs Kresse. Wie die Finanzmärkte funktionieren. Eine kritische Einführung*. Berlin: Bertz + Fischer, 2020.
- MARX, Karl. *Der leitende Artikel in Nr. 179 der Kölnischen Zeitung*. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich Werke (=MEW). Berlin: Dietz-Verlag, 1956, vol. 1, pp. 86-104.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Das Manifest der Kommunistischen Partei*. In: MEW 4, pp. 459-493.
- MARX, Karl. *Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie [1857/58]*. In: MEW 42, 1956.
- MARX, Karl. *Das Kapital. Kritik der Politischen Ökonomie vol I*. In: MEW 23, 1956.
- REYES, Júlia. O texto bíblico redescoberto: notas sobre *Eu Via Satanás Cair como um Relâmpago*. 4.09. 2015. Disponível em <<http://renegirard.com.br/blog/?p=270>>
- ROSTAN, Davide. O modelo ético de René Girard entre desejo mimético e alteridade. In: *IHU On-line*. São Leopoldo: Edição 479 | 21 dezembro 2015. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/6302-davide-rostan>



REVISTA DE FILOSOFÍA

Nº ESPECIAL – 2022 - ABRIL

Esta revista fue editada en formato digital y publicada en abril de 2022, por el Fondo Editorial Serbiluz, Universidad del Zulia. Maracaibo-Venezuela

www.luz.edu.ve www.serbi.luz.edu.ve
www.produccioncientificaluz.org